

**ALTERADA PELA
RES CONAMA N° 10/1993;
REVOGADA PELA
RES CONAMA N° 303/2002**

RESOLUÇÃO CONAMA N° 04, DE 18 DE SETEMBRO DE 1985

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e

TENDO EM VISTA o que estabelece a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1.965, alterada pela Lei nº 6.535, de 15 de junho de 1.978, e pelo que determina a Resolução CONAMA nº8, de 5 de junho de 1984, Resolve:

Art. 1º. São consideradas Reservas Ecológicas as formações florestais e as áreas de florestas de preservação permanente mencionadas no art. 18 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, bem como as que estabelecidas pelo Poder Público de acordo com o que preceitua o art. 1º do Decreto nº 89.336, 31 de janeiro de 1984.

Art. 2º. Para efeitos desta Resolução são estabelecidas as seguintes definições:

- a) pouso de aves - local onde as aves se alimentam, ou se reproduzem, ou pernoitam ou descansam;
- b) aves de arribação - qualquer espécie de ave que migre periodicamente;
- c) leito maior sazonal - calha alargada ou maior de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia;
- d) olho d'água, nascente - local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento do lençol freático;
- e) vereda - nome dado no Brasil Central para caracterizar todo espaço brejoso ou encharcado que contém nascentes ou cabeceiras de cursos d'água de rede de drenagem, onde há ocorrência de solos hidromórficos com renques buritis e outras formas de vegetação típica;
- f) cume ou topo - parte mais alta do morro, monte, montanha ou serra;
- g) morro ou monte - elevação de terreno com cota do topo em relação a base entre 50 (cinquenta) a 300 (trezentos) metros e encostas com declividade superior a 30% (aproximadamente 17º) na linha de maior declividade: o termo "monte" se aplica de ordinário a elevação isolada na paisagem;
- h) serra - vocábulo usado de maneira ampla para terrenos acidentados com fortes desníveis, freqüentemente aplicados a escarpas assimétricas possuindo uma vertente abrupta e outras menos inclinadas;
- i) montanha - grande elevação do terreno, com cota em relação a base superior a 300 (trezentos) metros e freqüentemente formada por agrupamento de morros;

j) base de morro, monte ou montanha - plano horizontal definido por planície ou superfície de lençol d'água adjacente ou nos relevos ondulados, pela cota da depressão mais baixa ao seu redor;

l) depressão - forma de relevo que se apresenta em posição altimétrica mais baixa do que porções contíguas;

m) linha de cumeada - interseção dos planos das vertentes, definindo um linha simples ou ramificada, determinada pelos pontos mais altos a partir dos quais divergem os declives das vertentes; também conhecida como "crista", "linha de crista" ou "cumeada";

n) Revogada

o) Revogada

p) duna - formação arenosa produzida pela ação dos ventos no todo, ou em parte, estabilizada ou fixada pela vegetação;

q) tabuleiro ou chapada - formas topográficas que se assemelham a planaltos, com declividade média inferior a 10% (aproximadamente 6°) e extensão superior a 10 (dez) hectares, terminadas de forma abrupta; a "chapada" se caracteriza por grandes superfícies a mais de 600 (seiscentos) metros de altitude;

r) borda de tabuleiro ou chapada - locais onde tais formações topográficas terminam por declive abrupto, com inclinação superior a 100% (cem por cento) ou 45° (quarenta e cinco graus).

Art. 3º. São Reservas Ecológicas:

a) os pousos das aves de arribação protegidos por Convênio, Acordos ou Tratados assinados pelo Brasil com outras nações;

b) as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

I - ao longo dos rios ou de outro qualquer corpo d'água, em faixa marginal além do leito maior sazonal medida horizontalmente, cuja largura mínima será:

- de 5 (cinco) metros para rios com menos de 10 (dez) metros de largura;

- igual à metade da largura dos corpos d'água que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros;

- de 100 (cem) metros para todos os cursos d'água cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros;

II - ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente, em faixa marginal cuja largura mínima será:

- de 30 (trinta) metros para os que estejam situados em áreas urbanas;

- de 100 (cem) metros para os que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

- de 100 (cem) metros para as represas hidrelétricas;

III - nas nascentes permanentes ou temporárias, incluindo os olhos d'água e veredas, seja qual for sua situação topográfica, com uma faixa mínima de 50 (cinquenta) metros e a partir de sua margem, de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia de drenagem contribuinte;

IV - no topo de morros, montes e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços), da altura mínima da elevação em relação à base;

V - nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha da cumeada equivalente a 1.000 (mil) metros;

VI - nas encostas ou partes destas, com declividade superior à 100% (cem por cento) ou 45° (quarenta e cinco graus) na sua linha de maior declive;

VII - nas restingas, em faixa mínima de 300 (trezentos) metros à contar da linha de preamar máxima;

VIII - nos manguezais, em toda a sua extensão;

IX - nas dunas, como vegetação fixadora;

X - nas bordas de tabuleiros ou chapadas, em faixa com largura mínima de 100 (cem) metros;

XI - em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a sua vegetação;

XII - nas áreas metropolitanas definidas em lei, quando a vegetação natural se encontra em clímax ou em estágios médio e avançado de regeneração.

Art. 4º. Nas montanhas ou serras, quando ocorrem dois ou mais morros cujos cumes estejam separados entre si por distâncias inferiores a 500 (quinhentos) metros, a área total protegida pela Reserva Ecológica abrangerá o conjunto de morros em tal situação e será delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) a altura, em relação à base do morro mais baixo do conjunto.

Art. 5º. Os Estados e Municípios, através de seus órgãos ambientais responsáveis, terão competência para estabelecer normas e procedimentos mais restritivos que os contidos nesta Resolução, com vistas a adequá-las às peculiaridades regionais e locais.

Art. 6º. O CONAMA estabelecerá, com base em proposta da SEMA, normas, critérios e padrões de caráter geral que forem necessários ao cumprimento da presente Resolução.

Art. 7º. Os casos omissos ou excepcionais serão examinados e definidos pelo CONAMA

Art. 8º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flávio Peixoto da Silveira
Presidente

DOU Rep. de 20/01/1986